

Informativo

TelComp

Edição Especial - Maio 2023



Por uma TelComp mais engajada e influente para o setor

Você está recebendo um informativo especial, desenvolvido para apresentar o balanço do trabalho executado pela TelComp no último ano, resultado de um planejamento estratégico que foi contratado para dar conta dos desafios atuais, tanto do setor de telecomunicações, quanto de nossas Associadas, as operadoras competitivas.

Tendo em vista que a TelComp atua no mercado há mais de duas décadas e que o setor é extremamente suscetível aos avanços tecnológicos, sentíamos que era hora de repensar nossa atuação.

No início de nossa história, os desafios colocados para a Associação estavam ligados à implantação de infraestrutura. Em nosso entendimento, tais desafios foram superados ou suas soluções avançaram de modo bem significativo. Por isso, no início de 2021, avaliamos que era hora de rever a atuação e missão da Associação.

Foi nesse contexto que a TelComp contratou os serviços da BEE Consulting. Entre maio e novembro de 2021, a consultoria

ouviu as Associadas, alguns *Stakeholders* externos e o *staff* da Entidade para entender a percepção que tinham sobre seu trabalho e propor um novo modelo de atuação.

De antemão, é possível afirmar que a TelComp de hoje está muito mais atuante e propositiva, liderando ações importantes nas áreas de infraestrutura, regulação, tributação, além de acompanhar a movimentação do mercado e intervir, administrativa ou judicialmente, quando a competitividade no setor é colocada em risco.

Novas diretrizes estratégicas

Em linhas gerais, o novo Planejamento Estratégico da TelComp visa reforçar e garantir a competição isonômica, promovendo o desenvolvimento digital da sociedade, ao mesmo tempo em que busca qualidade e pluralidade de fornecedores e serviços à população.

A partir do novo Planejamento Estratégico, a TelComp passou a atuar segundo o tripé:



Competitividade:

defesa de diferentes interesses de suas Associadas e fomento a um ambiente competitivo.



Cobertura de atuação:

procura atuar em todo o território nacional nos temas mais relevantes do setor de telecomunicações.



Forma de atuação:

antecipa-se aos temas mais relevantes do setor e defende suas pautas de forma contundente e proativa.

Metas estratégicas

Durante 2022, a TelComp trabalhou para se consolidar como Associação respeitada e reconhecida no setor, com autossuficiência financeira e que agrega valor significativo às suas Associadas – antecipando-se aos temas mais relevantes, em âmbito nacional, atraindo e retendo Associadas de alto valor, com boas práticas de gestão e engajadas.

Para que essa estratégia fosse viável, a Associação definiu ações a partir de cinco objetivos. São eles:

✓ **Incentivar o engajamento das Associadas.**

✓ **Atuar de forma abrangente, cobrindo dentro do possível, as cinco regiões do País.**

✓ **Mapear e aproximar-se das PPPs com proposta clara de valor.**

✓ **Intensificar atuação junto aos órgãos Executivo e Legislativo.**

✓ **Ampliar novas ofertas para Associadas e criar fontes de receitas.**

Por meio deste informativo, você terá um compilado das ações que foram colocadas em prática a partir de 2022 e que, direta ou indiretamente, dialogam com o novo planejamento estratégico da Associação consolidando sua missão de fomentar, em âmbito nacional, boas práticas para um ambiente competitivo no ecossistema brasileiro de conectividade, sempre em prol dos interesses de nossas Associadas. Boa leitura!

Luiz Henrique Barbosa da Silva

Presidente Executivo da TelComp



Conselhos

Administração

Presidente da Diretoria: Tomas Fuchs (DATORA)
Vice-Presidente Diretoria: Adriano Câmara Marques (WIRELINK)
Vice-Presidente Diretoria: Andre Machado (QMC TELECOM)
Vice-Presidente Diretoria: Carlos Eduardo Sedeh (MEGATELECOM)
Vice-Presidente Diretoria: Cleber Ajuz (GRUPO TELECALL)
Vice-Presidente Diretoria: Fabiano Ferreira (VERO)
Vice-Presidente Diretoria: Marcos Siqueira (ASCENTY)
Vice-Presidente Diretoria: Renato Paschoareli (ALGAR)
Vice-Presidente Diretoria: Rui Gomes (UM TELECOM)

Comunicação da Telcomp:

Agência Vianews - vianews.com.br

Fiscal

Antonio Rana (CIRION)
Marcelo Agopyan (FLEXUS)

Equipe executiva

Luiz Henrique Barbosa da Silva (Presidente Executivo)
Amanda Ferreira (Gerente Regulatório e Jurídico)
Bete Ferreira (Administrativo e Financeiro)
Breno Mancini (Estratégia Regulatória)
Felipe Aguiar (Projetos de Infraestrutura)
Maria Tereza Souza Athanasio (Projetos de Infraestrutura)
Sueli Violim (Administrativo Financeiro)

Principais ações da TelComp

Confiram um breve compilado das principais ações e iniciativas realizadas pela TelComp em 2022 para colocar em prática seu planejamento estratégico.

Postes



Projeto Reordenamento Ágil | Atualização da NBR 15214 ABNT
Construção de campo de provas | Entidade Gestora de Planta Externa

Comitês Executivos



Comitê Regulatório | Comitê Tributário | Comitê de Infraestrutura
Comitê de Desenvolvimento Institucional | Comitê de Recursos Humanos
Comitê de Novos Negócios

Competição no Mercado Móvel



Remédios Oi Móvel | PGMC | Uso de Espectro
Implementação do 5G e a faixa de 700 MHz

Regulação



Segurança Cibernética | Infraestruturas Críticas
Exercício Guardiã Cibernético | GEAFPT PPPs

Tributação



ICMS e serviços essenciais

Nova fonte de renda



Criação do Curso Básico de Regulamentação do Setor

Em defesa da competitividade

Em consonância com a estratégia de se antecipar aos temas mais relevantes do setor, posicionando-se como uma Associação que fomenta e defende a competição, a TelComp atuou de maneira contundente e ativa nos atos de concentração de mercado que envolveram a venda da Oi Móvel e, mais recentemente, o acordo envolvendo a Winity e a Telefônica. Nossa atuação foi pautada pela preocupação de que ambas as operações acarretassem em fechamento de mercado, prejudicando de maneira contundente o ambiente de competição.

Remédios do caso Oi Móvel: TelComp atua em defesa das PPPs

A TelComp acompanhou de perto a operação de venda da Oi Móvel, em fevereiro 2022, que resultou no fatiamento da empresa para as outras três maiores operadoras – TIM, Vivo e Claro. Com isso, o mercado segue dominado pelas grandes teles, sem deixar espaço para as operadoras de menor porte. Desde o início das negociações, a TelComp atuou junto à Anatel e ao Conselho de Administração de Defesa Econômica (Cade) para que fossem aplicados remédios em relação ao atacado que envolve as operadoras incumbentes e os novos entrantes. Um ano após a autorização da transação, os remédios impostos para que a negociação ocorresse seguem sem ser aplicados.

Logo após o anúncio da venda, a TelComp recorreu junto ao Cade para que alguns pontos fossem ajustados. O pedido foi acolhido parcialmente. À época da aprovação da compra da operadora pela Vivo, TIM e Claro, a TelComp afirmou que as medidas concorrenciais aplicadas nas decisões do Cade e da Anatel atendiam, a priori, às reivindicações das operadoras competitivas. Por isso, não houve novos recursos ou, ainda, possível manifestação junto a outros órgãos competentes.

A TelComp também defendeu a aplicação de multas para as empresas que descumprissem os remédios aplicados, no prazo proposto, para que a competição no setor fosse garantida, tendo em vista que já não havia mais tempo para aplicação das medidas antes da concretização da venda.

No II Seminário TelComp, realizado em setembro de 2022, em Brasília, o conselheiro da Anatel, Moisés Queiroz Moreira, destacou a necessidade da Agência acompanhar o processo de venda e aquisição de empresas que venham a impactar

fortemente o mercado. “A Anatel tem que estar atenta para que, toda vez que houver uma alteração societária, deve haver uma anuência prévia, com atenção da Anatel para verificar se não afetará a competição. Até mesmo os contratos que envolvem o espectro devem ser homologados pela Anatel, para que a Agência possa dar uma proteção e para que haja uma competição saudável”, declarou Moreira.

Com menos de três meses da conclusão da operação, as operadoras confrontaram os remédios, tanto administrativa quanto judicialmente, tendo, inclusive, conseguido suspender cautelarmente a decisão da

Anatel que determinava a reapresentação das ORPAs de Roaming e de Exploração do Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual (MVNO). Em defesa da competição e do interesse das Prestadoras de Pequeno Porte (PPPs), a TelComp manifestou-se perante à Anatel e ao Cade, suportando, com argumentos técnicos, jurídicos e econômicos, a utilização do melhor ferramental a custos em poder da Agência para definição dos valores do Roaming e de Preços Atacadistas para MVNO como medidas necessárias para a manutenção da competição, além de demandar a atuação enérgica das autoridades quanto ao descumprimento dos remédios impostos. Confira a cronologia de atuação sobre a venda da Oi Móvel:



31 jan.
2022

Anuência prévia para seguimento da operação de transferência dos ativos da Oi Móvel condicionada à submissão de novas Ofertas de Referência de Produtos de Atacado (ORPA) para Roaming e MVNO de acordo com as regras determinadas pela Anatel.

02 fev.
2022

Apresentação do “Voto Vencedor” no CADE, que foi base para o ACC (Acordo em Controle de Concentrações) com designação dos remédios concorrenciais na mesma linha dos apresentados na Anatel, especialmente quanto à ORPA para Roaming e MVNO.

20 abr.
2022

Entrega das primeiras Ofertas de Atacado e, ato subsequente, fechamento da operação de compra da Oi Móvel, sendo que havia o compromisso de homologar as ORPA de Roaming em até 75 dias desse fechamento (até 22 jun. 22) e em até 105 dias para ORPA de MVNO (até 22 jul. 22).

21 jun.
2022

Reunião do Conselho Diretor da Anatel para deliberação quanto aos valores de referência do Roaming a custos.

15 jul.
2022

Claro, TIM e Vivo ingressam na justiça obtendo cautelares no TRF 1ª Região para suspensão das ORPA de Roaming, questionando, inclusive, os valores de referência deliberados pelo Conselho da Anatel em reunião de 21 jun.

19 ago.
2022

Tendo a Anatel derrubado as cautelares obtidas na Justiça, as empresas reapresentam suas ORPAS, com cláusulas que afrontavam os termos do Acórdão 9, objeto da reunião de 21 jun.

05 set.
2022

Superintendência de Competição da Anatel, por meio de Despachos Decisórios, não homologa às ORPA de Roaming e, ainda, determina exclusões, retificações e revisões de diversos itens de tais ofertas apresentadas pelas três empresas.

Set. a
dez. 2022

Processos de homologação das ORPA de Roaming das empresas são objeto de diversos recursos interpostos tanto pelas três empresas quanto por empresas competitivas, inclusive a TelComp.

Out.
2022

A primeira ORPA de MVNO da TIM é homologada, contudo, por ainda confrontar determinações contidas no Acórdão 9/22, é objeto de pedido de recurso com pedido de efeito suspensivo da TelComp.

31 out.
2022

Presidência da Anatel concede o efeito suspensivo pedido pela TelComp quanto à suspensão da cobrança de franquia para M2M/IoT prevista na ORPA de MVNO da TIM.

26 dez.
2022

Processos administrativos que questionam as ORPA de Roaming são distribuídos ao Conselho Diretor da Anatel.

Set. 22 a
jan. 23

Diante das discussões que ainda persistem quanto às ORPA de Roaming e MVNO, algumas empresas competitivas até assinaram as referidas ofertas, mas ainda não conseguiram acessar os remédios.

Jan.
2023

Processo da ORPA de MVNO da TIM é distribuído ao Conselho Diretor, sendo que ainda permanecem em discussão na área técnica da Anatel as ORPA de MVNO da Claro e da Telefônica.



700 MHz também requer atenção por parte do mercado

Semelhante à transação da venda da Oi Móvel, o acordo de compartilhamento de infraestrutura entre a Telefônica e a Winity Telecom acendeu mais um alerta no mercado de telecomunicações brasileiro. Para a TelComp, a operação impacta o mercado de acesso às redes móveis e a gestão e a operação de infraestrutura para telecomunicações, podendo levar ao fechamento de mercado por parte da Telefônica, decorrente de um desvio de demanda, em razão do acordo. Com isso, cria-se uma barreira de entrada para as empresas menores.

Em agosto de 2022, a TelComp pronunciou-se, por meio de uma nota à imprensa, afirmando que vê como natural a presença dos clientes âncora, mas os acordos não podem ofender o princípio do leilão e a competição. É preciso levar em consideração a situação atual, de remédios regulatórios relacionados ao caso da Oi Móvel, e à questão do Roaming, que não vem sendo atendida pelas operadoras dominantes, com uma delas fazendo um acordo em caráter de exclusividade. Todos esses fatores causam preocupação à Associação, que está atenta aos termos desse acordo.

Para a TelComp, a segmentação do mercado de acesso às redes móveis em atacado, com base na capacidade de uso de espectros de radiofrequência abaixo de 1 GHz, é imprescindível e baseia-se em questões técnico-operacionais importantes que demonstram não serem substitutos perfeitos.

Novo PGMC recebe contribuições da TelComp

A contribuição com o ambiente regulatório do setor é mais uma ação que vai ao encontro do novo planejamento estratégico adotado pela TelComp. A Associação, como representante das Operadoras Competitivas, entende que é preciso adotar uma postura mais ativa e propositiva no que tange a defesa de um ambiente plural e competitivo. Por isso, devemos participar ativamente da revisão do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) em 2023.

“Quando a gente fala do digital, não estamos falando só de acessar um site para se divertir, para ver um vídeo. Estamos falando da teia que conecta todos nós e que é a base do relacionamento da sociedade.”

A regulamentação deve ser reavaliada a cada quatro anos, atualizando as regras de acordo com a necessidade do mercado. A primeira fase dessa revisão, uma tomada de subsídios, foi encerrada no primeiro trimestre de 2022 e, em breve, as propostas serão colocadas à mesa para a avaliação do setor e da sociedade, conforme indicou o presidente da Agência, Carlos Manuel Baigorri, durante o II Seminário TelComp, realizado em setembro de 2022, em Brasília.

A TelComp contribuiu com a tomada de subsídios, levantando como principais pontos o mercado secundário de espectro, valores de referência de roaming e MVNO, os remédios da Oi Móvel – ainda não cumpridos – e as redes neutras. “São temas que interessam muito para o nosso mercado e para as nossas Associadas. Tratam-se de assuntos novos e que estão de acordo com as novas tendências de mercado, modelando-o, acompanhando as mudanças e que terão forte impacto nos próximos anos, até a próxima revisão do PGMC”, avalia Amanda Ferreira, Gerente Regulatório e Jurídico da TelComp. Outro ponto que vai merecer atenção no debate do PGMC pela Anatel é o serviço provido pelas over-the-tops (OTTs). No II Seminário TelComp, Baigorri destacou a necessidade de delimitar as obrigações das OTTs, hoje consideradas usuárias de telecomunicações, pois dependem da conectividade. Há uma necessidade de encontrar formas de competição equilibrada entre essas empresas e as operadoras.

Na visão do presidente da Anatel, abordar o tema do digital é falar do futuro da sociedade. “Quando a gente fala do digital, não estamos falando só de acessar um site para se divertir, para ver um vídeo. Estamos falando da teia que conecta todos nós e que é a base do relacionamento da sociedade. Essa não pode ser uma discussão feita a portas fechadas por burocratas. Tem que ser uma discussão muito mais ampla, envolvendo academia, sociedade civil e outras partes interessadas. Tem que ser um debate muito mais amplo e temos o desafio de que é um debate urgente”, declara Baigorri.

Mercado secundário no espectro deve ser priorizado no PGMC

Um dos pontos principais que deve integrar a revisão do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) é a revisão do uso eficiente do espectro, insumo bastante discutido após a chegada da tecnologia 5G ao Brasil e da venda dos ativos da Oi Móvel. Na tomada de subsídios, a TelComp contribuiu com o envio de algumas questões. A Associação enxerga a importância da atualização do PGMC para garantir a concorrência equilibrada do mercado, com maior participação das Prestadoras de Pequeno Porte (PPPs) no uso das frequências, seja na exploração industrial ou no seu uso secundário. É importante considerar a chegada das novas tecnologias e aplicações de conectividade, como recentemente se deu com a rede 5G e a Internet das Coisas (IoT).

Esses fatores terão um impacto muito grande no mercado das telecomunicações brasileiras na próxima década. O espectro é um recurso escasso e com alta demanda. O acesso às frequências é essencial para ampliar os negócios das prestadoras, especialmente as regionais.



O modelo atual de negociação livre não atende as necessidades do setor, principalmente das PPPs”, analisa Luiz Henrique Barbosa da Silva, Presidente Executivo da TelComp. Faz-se necessário tratar o mercado relevante de espectro no PGMC, pois o tema é um impulso que pode proporcionar às prestadoras regionais levarem serviços a regiões que, na atualidade, não chamam a atenção dos grandes grupos. Além disso, cria-se um uso mais efetivo do espectro, no qual empresas de menor porte podem usar as frequências em locais onde as grandes teles não têm interesse de investimento. As empresas competitivas podem beneficiar-se a partir do momento que identificam essas frequências ociosas e podem entrar com pedido junto à Anatel para usá-las. As regras para o uso secundário ainda precisam ser definidas pela Anatel, principalmente os aspectos financeiros. As empresas que “alugarem” essas frequências não podem ter interferência casuística das Operadoras que detiverem o uso primário.



Os impactos no mercado de telecomunicações refletem-se em mais competição, oportunidade para as empresas menores crescerem, além de gerar a possibilidade de ampliação de acesso à tecnologia. Com o mercado secundário, uma empresa regional pode usar o espectro em região onde a adquirente não tem interesse em investir, podendo

levar conectividade para regiões mais remotas, melhorando cobertura, aumentando a competição e gerando empregos. No entanto, esses pontos dependem da Anatel definir o que caracteriza um uso ineficiente do espectro. Abrindo para o mercado secundário, pode-se melhorar o acesso e a distribuição do serviço.

Tributos em debate

A legislação tributária tem imensa relevância para o setor e os resultados das empresas. Por esse motivo, o Comitê Tributário foi criado para levantar questões que impactam diretamente as Associadas de maneira positiva ou negativa. Os encontros têm ajudado a TelComp a identificar possibilidades, problemas e soluções que facilitem a atuação das competitivas no mercado.

Reforma Tributária e mudanças no ICMS são destaques em discussões

Mensalmente, os membros do Comitê se reúnem para avaliar temas estratégicos para eventuais questionamentos judiciais (Tributos, TPU, direito de passagem, contratos), bem como analisar casos e ações específicas de interesse das Associadas. A principal pauta discutida no Comitê Tributário em 2022 foi o enquadramento dos serviços de telecomunicações como essenciais e os principais desdobramentos para o setor a partir desta decisão. A TelComp assinou manifestos e participou de consultas públicas, promovidas pelo Ministério da Economia, posicionando-se contrária à elevação da carga tributária do setor, especificamente em relação à alíquota do ICMS.

Ao lado de outras entidades de telecomunicações, a Associação defendeu o apoio ao PLP nº 18/2022, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados, e que culminou na publicação da Lei Complementar 194/2022, de modo a preservar as comunicações no texto, garantindo maior segurança jurídica e racionalidade tributária na carga incidente sobre o setor e o avanço na direção de um ambiente de negócios indutor de investimentos em infraestrutura e na implementação do 5G no País. Em 2023, o Comitê Tributário da TelComp seguirá acompanhando o desdobramento, em cada Estado da Federação, da movimentação da legislação relativa ao ICMS sobre as telecomunicações, com o objetivo principal de garantir que a legislação federal seja cumprida. Além disso, o Comitê também acompanhará o andamento das discussões da Reforma Tributária, que devem seguir na pauta do Congresso neste ano.



Regulação do setor

O Comitê Regulatório objetiva intensificar a atuação da TelComp junto aos órgãos Executivo e Legislativo. Os encontros periódicos ajudam a Associação a priorizar e pautar ações junto aos poderes mencionados, além de orientar na construção de uma Associação mais efetiva, que passou a ser consultada com frequência em temas importantes para o setor. Isso fortalece a atuação como entidade representativa.

Comitê Regulatório ativo e antenado às necessidades das PPPs

O Comitê Regulatório da TelComp acompanha e participa dos processos de regulamentação da Anatel, a fim de fomentar a competição nos diferentes mercados do setor. O Comitê define e desenvolve teses regulatórias para a sustentação dos posicionamentos da Associação, além de promover fóruns com especialistas para a troca de informações e experiências.

Entre as ações desenvolvidas em 2022, o acompanhamento de temas relacionados à segurança cibernética foi um dos destaques do Comitê Regulatório.

A TelComp participou ativamente do GT-Ciber da Anatel e seus subgrupos, atuação importante tendo em vista que segurança cibernética é uma agenda prioritária da Anatel e motivou a edição do **Regulamento de Segurança Cibernética aplicada ao Setor de Telecomunicações** e do **Ato de Requisitos de Segurança Cibernética para Equipamentos para Telecomunicações**.

A TelComp também promoveu duas lives, a primeira em fevereiro, sobre o tema **Relacionamento com Consumidores e Operadoras Competitivas de Telecomunicações**; e a segunda, em abril, ao lado da Conexis e Anatel, sobre o tema **Autenticação do Identificador de Chamadas utilizando a Tecnologia Stir Shaken**.



Exercício Guardião Cibernético

Ainda dentro do tema de segurança cibernética, a TelComp participou do **Exercício Guardião Cibernético – EGC 4.0**, maior exercício de defesa cibernética do hemisfério Sul, organizado pelo Comando de Defesa Cibernética em parceria com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O exercício consiste em um treinamento de ações de proteção cibernética em formato de cooperação, realizado em ambiente de práticas simuladas de ataques e soluções de crise. A ação visa criar um ambiente muito próximo ao real, no qual os participantes envolvidos deverão atuar em conjunto (áreas de TI, Comunicação, Jurídico e Alta Administração) protegendo seus sistemas de ataques simulados.



Grupo Executivo Antifraude de Telecomunicações (GEAFT das PPPs)

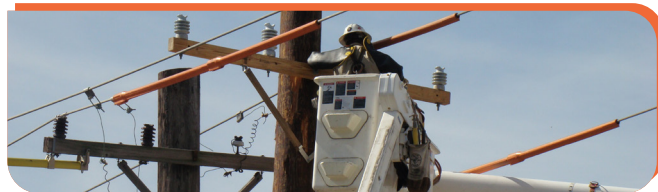
A pedido da Anatel, foi estruturado um Grupo Executivo Antifraude de Telecomunicações das PPPs (GEAFT), para propor ações a serem tomadas em conjunto no sentido de prevenir, diminuir ou extinguir a prática de fraudes contra a prestação dos serviços de telecomunicações. As principais discussões giraram em torno da possibilidade de implantação da tecnologia **STIR/SHAKEN**, capaz de barrar as chamadas fraudulentas de telefone — conhecidas como *spoofing*. O grupo também discutiu a implantação dos despachos decisórios da Anatel para definir e combater as práticas de chamadas abusivas que ainda é foco da Agência em 2023.

Relevância nacional

Um dos grandes projetos liderados pela TelComp, em 2022, foi a série de propostas idealizadas para solucionar o desafio da superocupação dos postes que se dá em todo o território nacional. Esse é um tema caro ao setor por estar relacionado à necessidade de interação com o setor de energia e diálogo com as diversas instâncias governamentais, por atingir as PPPs e, claro, a população como um todo. O conjunto de propostas idealizado pela TelComp vai ao encontro da defesa das competitivas, mas também reforça nossa atuação junto aos diferentes poderes e nos coloca como protagonista nessa temática.

Entidade Nacional Gestora e campo de provas - O emaranhado de fios que ocupa os postes de várias cidades brasileiras interfere em muito mais que a paisagem. O tema da reorganização dos postes requer urgência para endereçar os problemas práticos de segurança e clandestinidade das instalações, que afligem toda a sociedade, e demandam foco na fiscalização e zeladoria. Para isso, a TelComp apresentou um conjunto de propostas para acabar com o subsídio existente entre os setores de telecomunicações e energia por meio da modicidade tarifária, que abocanha valor significativo em aluguel dos postes para uso das operadoras de telecomunicações. Na consulta pública que a Anatel e a Aneel realizaram, em 2022, para o **Regulamento de Compartilhamento de Postes** entre distribuidoras dos dois setores, a TelComp apresentou a proposta de criação de um Grupo de Trabalho de Coordenação de Compartilhamento de Infraestrutura composto pela Anatel, Aneel, Ministério das Comunicações, Ministério de Minas e Energia e Associações setoriais. Esse grupo teria como finalidade estratégica orientar, disciplinar e fiscalizar a ocupação dos postes, além de definir metas e monitorar todo o processo.

Para que isso ocorra, será necessário criar uma Entidade Gestora Nacional de Infraestrutura, sem fins lucrativos, responsável pela operacionalização desse compartilhamento. A função da entidade é organizar a ocupação nos postes, fazendo a gestão e a regularização das infraestruturas compartilhadas dimensionando-as. O zelador terá um papel muito importante, sendo responsável pela fiscalização e acompanhamento das atividades de reordenamento, por meio de *software* de monitoramento capaz de uniformizar as informações em todo o País.




Desde 2020, a TelComp vem participando do movimento de revisão da Norma Técnica ABNT NBR 15214, que foi criada em 2005 para definir os critérios de ocupação dos postes.

Norma técnica – Para que esse ordenamento ocorra de maneira eficaz, é preciso revisar a Norma Técnica ABNT NBR 15214, que estabelece os requisitos técnicos para o compartilhamento de infraestruturas de redes de distribuição de energia elétrica com as redes de telecomunicações. Para isso, estão sendo investidos R\$ 3 milhões para a construção de um campo de provas aberto e neutro para a realização de provas e ensaios que ajudem a definir critérios técnicos e melhores práticas para a ocupação de postes em todo o Brasil.

O projeto, inédito no País, será custeado pelas empresas Associadas à TelComp e será executado em parceria com a FITec e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC–Campinas). O campo de provas permitirá testar novas soluções e processos à medida que a inovação avança no setor de telecomunicações.

Desde 2020, a TelComp vem participando do movimento de revisão da Norma Técnica ABNT NBR 15214, que foi criada em 2005 para definir os critérios de ocupação dos postes. Recentemente, a ABNT abriu consulta pública para o texto revisado, na qual a TelComp indicou que as medidas apresentadas são válidas, mas ainda são insuficientes para organizar os postes brasileiros. Por isso, a Associação considera a proposta de revisão insuficiente e encaminhou considerações à consulta pública que julgou pertinentes, tendo como base objeções técnicas.

A high-angle photograph of a construction worker in a trench. The worker is wearing a bright yellow safety vest over a light-colored long-sleeved shirt, a red hard hat, and white gloves. They are positioned in the center of the frame, looking down. The trench is filled with large, orange corrugated pipes. The ground is reddish-brown soil. The entire image has a warm, orange-red color cast. A white line graphic frames the bottom right corner, containing text.

Na capital paulista, o projeto **São Paulo sem Fios**, que tem atuação da TelComp, prevê o enterramento de 65km de fiação das redes de telecomunicações e elétrica.

Iniciativa em São Paulo enterra fios em vias urbanas

Na capital paulista, o projeto **São Paulo sem Fios**, que tem atuação da TelComp, prevê o enterramento de 65 km de fiação das redes de telecomunicações e elétrica em 170 ruas prioritárias e outras 40 nos entornos. Até janeiro de 2023, foram concluídos 38,2 km de enterramento e outros 6 km estão em obras. No total, 78 vias já foram concluídas e outras 14 estão em fase final. O projeto prevê que a conversão da fiação em redes subterrâneas atinja 12 regiões e serão retirados 3.014 postes. Também já foi concluída a remoção de 260 postes no entorno do Parque da Independência.

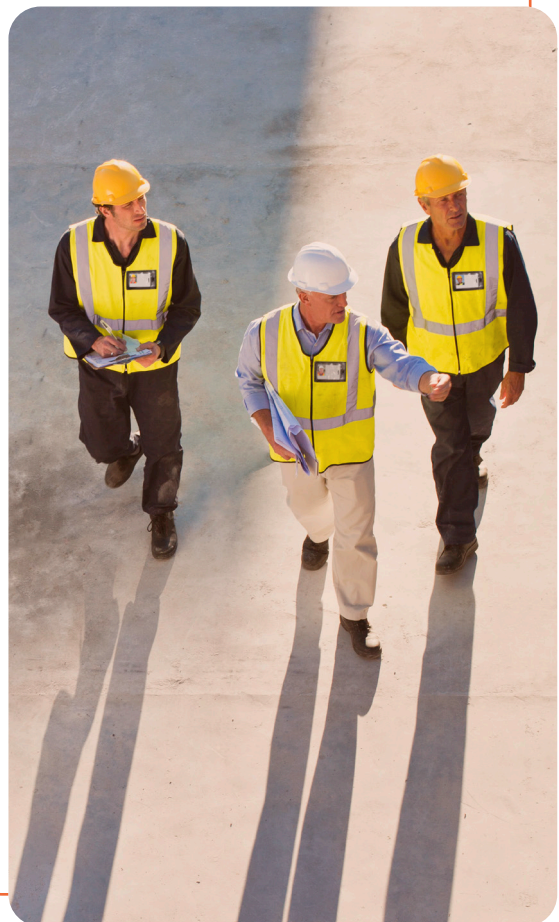
Recife também tem projeto de supressão de postes

A TelComp também elabora um projeto semelhante no Bairro do Recife, na capital pernambucana. Formado por uma ilha, o local receberá projeto de requalificação urbana que contempla diversas ruas do sítio histórico. Hoje, grande parte dos casarões é ocupada por empresas que compõem o Porto Digital, um dos maiores *clusters* de tecnologia e economia criativa do Brasil. O projeto, que ainda não tem cronograma definido, enterrará cerca de 12 quilômetros de fios das redes elétrica e de telecomunicações. Trata-se de processo inovador de rede subterrânea, incluindo dutos e caixas, no qual será desenvolvido um projeto de zeladoria para que essa estrutura seja organizada e se evite invasões por clandestinos, garantindo a integridade das redes autorizadas. Paralelo a essas ações, a TelComp tem mantido conversas com as concessionárias de energia para desenvolver projetos de ordenamento de postes. A ideia é trazer mais segurança para as gestoras dos postes, cobrando fiscalização para evitar que novas fiações clandestinas sejam instaladas sem autorização.

Projeto piloto faz “faxina” em postes

O projeto piloto **Reordenamento Ágil**, desenvolvido pela TelComp em parceria com sete Associadas, organizou a fiação de telecomunicações em 505 mil metros de cabos, abrangendo 14.430 postes na cidade de São Paulo.

Esse trabalho nasceu a partir da ideia do que é possível fazer sem a participação de todas as empresas e concessionárias que têm infraestrutura no poste. Ou seja, cada associada organizou sua rede própria, fazendo uma espécie de “faxina” nos cabos. Aproveitando a expertise adquirida com o projeto Reordenamento Ágil, a TelComp pretende integrar, em 2023, um novo trabalho, desta vez abrangendo todos os ocupantes de postes, que são: a concessionária de energia, empresas de telecomunicações e a Prefeitura de São Paulo, responsável pelas estruturas de iluminação pública e sinalização viária. O trabalho será executado por uma empreiteira de serviço único. Isso facilitará a ação entre os entes envolvidos, mitigando possíveis problemas que possam existir, caso uma empresa interfira na rede da outra. O projeto terá a anuência de todos os envolvidos que terão suas redes regularizadas. As áreas que serão contempladas ainda não foram definidas, mas, a princípio, serão reordenados 2.100 postes, conforme preconiza a atual resolução conjunta da Anatel e Aneel 04/2014.



Boas práticas



A criação de comitês é mais uma ação que resulta diretamente das propostas do novo Plano Estratégico da TelComp. A intenção é fomentar a participação das Associadas em um diálogo contínuo de troca de experiências, identificação de problemas e possibilidades de soluções conjuntas.

O Comitê de Gestão de Pessoas foi o último a ser criado e os debates têm sido profícuos, principalmente em uma área que passou por mudanças profundas com a pandemia da Covid-19 e a consolidação do trabalho remoto.

Comitê de Gestão de Pessoas vai orientar Associadas

A TelComp iniciou, em fevereiro de 2023, as atividades do Comitê de Gestão de Pessoas. O principal objetivo é fazer com que as Associadas se atualizem e percebam como está o andamento das boas práticas de RH e da Legislação Trabalhista no mercado de telecomunicações. No total, 21 empresas Associadas à TelComp integraram o Comitê na primeira reunião, com colaboradores dos setores de Recursos Humanos e Jurídico. Os encontros são realizados mensalmente. A solicitação de criação partiu do Conselho de Administração, diante da necessidade de aprofundar alguns pontos ligados à gestão empresarial, desenvolvimento de pessoas e em linha com a proposta de ampliar ofertas para as Associadas.

Os temas debatidos nos encontros, realizados a partir de setembro de 2022, foram pertinentes e geraram discussões para embasar a criação do Comitê permanente.

Foram convidados advogados especialistas em Direito Trabalhista, que integram escritórios que já são parceiros da TelComp em outros projetos. Nas três reuniões realizadas, foram debatidos temas importantes para as Associadas.

Entre eles, estão questões ligadas às práticas trabalhistas pós-pandemia, a exemplo da adoção do trabalho híbrido, as alterações da legislação que vieram com a pandemia e os benefícios para o trabalhador que atua remotamente.

“Esse período foi marcado pelo debate rico, com dúvidas e soluções partilhadas entre as empresas. Registramos um bom engajamento com o tema. É preciso que as empresas Associadas da TelComp fiquem atentas e integradas sobre o novo cenário de trabalho pós-pandemia e os desafios para gestão de pessoas que ele trouxe”, avalia Amanda Ferreira, Gerente Regulatório e Jurídico da TelComp.

A partir dessa experiência bem-sucedida, o convite para participação foi estendido a todas as empresas que estão Associadas à TelComp. Em 2023, o Comitê debateu questões como alterações legislativas trabalhistas, expectativas e tendências do setor trabalhista para o ano, além de colher a impressão de pessoas que nunca haviam participado dos encontros. É importante destacar que o Comitê de Gestão de Pessoas não tem como objetivo discutir questões sindicais e políticas, vetadas pelo Estatuto da Associação, Legislação e Ministério Público do Trabalho, que proíbe o alinhamento de práticas sindicais.



Obrigado por fazerem parte dessa história!



TelComp

Competição para o Futuro Digital